

Brasil admite fazer pagamento

sábado, 10/11/90 □ 1º caderno □ 3

maior de juros em 91

BRASÍLIA— O secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, disse que o governo considera a exigência dos bancos credores — que pedem que o Brasil pague pelo menos US\$ 2,6 bilhões até dezembro, para saldar parte dos total de US\$ 8,4 bilhões de juros vencidos desde o início do ano — muito alta e incompatível com o atual nível das reservas brasileiras. Um auxiliar da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, porém, revelou que há uma disposição do governo brasileiro de tornar mais flexível a proposta inicial apresentada aos credores, sendo possível um aumento na previsão de pagamentos para o próximo ano, inicialmente definida pela equipe econômica em US\$ 1,165 bilhão.

Para dar aos banqueiros a resposta do governo, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauter, estará de volta a Nova Iorque nesta segunda-feira — ele regressou ontem ao Brasil. Ontem mesmo o embaixador participou de reunião com o secretário Kandir e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, para avaliar a proposta dos bancos. A discussão prossegue neste fim de semana. “É preciso tempo e paciência para se chegar a um

acordo”, disse Kandir, lembrando que a proposta dos bancos e a do Brasil fazem parte da negociação.

O assessor da ministra Zélia que revelou a disposição do governo em fazer pagamentos maiores em 91 não confirmou qualquer tipo de desembolso ainda este ano, como querem os banqueiros, mas admite que poderão ser desenhados esquemas financeiros que, sem dispêndios para o lado brasileiro, possam aliviar a situação contábil para os bancos. Os técnicos do governo estão discutindo informações encaminhadas informalmente aos negociadores brasileiros, segundo as quais os credores já considerariam satisfatório o pagamento de uma parcela de US\$ 1,5 bilhão dos juros de 1990 — US\$ 6,9 bilhões a menos que o total em atraso. É justamente essa disposição da parte dos bancos que está motivando a equipe brasileira a examinar alternativas à posição inicial de não efetuar qualquer pagamento este ano.

Por um artifício chamado “esquema contábil”, o Brasil não seria obrigado a despendar recursos de suas reservas em moeda estrangeira. Mas os bancos, ainda assim, poderiam reforçar seus balan-

ços com uma injeção adicional de dólares. Kandir afirmou várias vezes que o país poderia ampliar o montante destinado ao pagamento da dívida externa, desde que os bancos privados apresentassem novas fontes de financiamento para que o governo brasileiro, numa operação contábil, registrasse numa coluna a entrada desse novos recursos e, numa outra, a destinação dessa quantia para os credores.

Assim, o país manteria suas reservas intactas e os bancos se beneficiariam com uma melhoria em seus balanços. “Quando os bancos dizem que já se contentam com US\$ 1,5 bilhão, de um total de US\$ 8,4 bilhões, na verdade estão comunicando que abrem mão de receber US\$ 6,9 bilhões imediatamente, e que se dispõem a considerar essa diferença como um empréstimo ao país”, disse um assessor do Ministério da Economia.

A expectativa do secretário Antônio Kandir é que os bancos percebam, passo a passo, que “a única solução possível é a que seja compatível com a capacidade de pagamento do Brasil”. O secretário descarta a idéia de um impasse nas negociações. “Trata-se de discutir arranjos formais.”